

PAINEL 3

A HISTÓRIA DO SUJEITO-LEITOR: UMA QUESTÃO PARA A LEITURA

Eni Pulcinelli Orlandi
DL/IEL-UNICAMP

Em meus trabalhos, procurei destacar o fato de que a leitura é produzida. A partir daí, dirigi minha reflexão para as condições de produção da leitura.

A exploração dessa via levou-me a colocar o que chamei "História da leitura do leitor" e "História da leitura do texto" como pontos de reflexão necessários tanto para a programação do ensino como para a avaliação do processo de interação da leitura na escola.

A referência à história, segundo o que penso, faz-se necessário pois só assim pode-se trabalhar com os limites fluidos e cambiantes entre o que chamei "leitura parafrástica" (ou *ad mentem auctoris*) e "leitura polissêmica" (ou livre interpretação).

Mais recentemente, fazendo algumas considerações sobre três espécies de reducionismo — o pedagógico, o lingüístico e o social — procurei chamar a atenção para o fato de que na constituição do *sujeito-leitor*, a escola tem excluído a relação dele com outras linguagens que não a verbal (a da música, da pintura, do cinema, da computação, etc) e a sua prática de leitura não-escolar.

A imagem de um *sujeito-leitor* que se relaciona somente com a linguagem verbal e no interior da escola¹ tem sido o fundamento para as metodologias de leitura que são propostas.

Além disso, como não há grau zero, assim como não há

grau dez, o aluno-leitor não pára de aprender a ler num momento dado, assim como não há possibilidade de se reconhecer um momento em que ele começa do nada. O que a escola faz, ao supor o grau zero, é utilizar o conhecimento prévio que o aluno tem, sem explicitar essa utilização. É responsabilizá-lo por uma certa forma de conhecimento. Ao fazer isso, a escola faz mais: ao mesmo tempo supõe e recusa (ou seja, desqualifica) essa forma de conhecimento que o aluno já tem e que atesta o fato de que ele é sujeito-leitor de outras formas de linguagem e também fora da escola.

Pois bem, pensando a formação dessa imagem do sujeito-leitor de uma perspectiva histórica mais ampla, é possível fazer-se um esboço diacrônico de sua formação, através dos conflitos e desenvolvimentos históricos que se deram (e se dão) na sua relação com a linguagem, com o poder e com o conhecimento.

Observando-se a história de algumas palavras podemos apreender como se constitui a relação do sujeito com o texto ao longo dos tempos (Cl. Haroche, 1984).

A palavra *texto*, no século XII, significa "livro do evangelho". No século XIII, perde seu caráter estritamente sagrado para ter um sentido mais geral. Passa, então, a designar qualquer texto, sagrado ou profano. Isso acontece dada a pressão de textos profanos: a grande quantidade de textos aristotélicos. Distingue-se, nessa época, entre textos autênticos (sagrados) e comentários (profanos). Mais tarde, autêntico vai-se referir não mais à distinção entre sagrado e profano, mas entre o autor (ou aquele que é reconhecido como autor) e o que não o é.

Do mesmo modo, podemos observar que a palavra *interpretar*, assim como a palavra *interpretação* datam do meio do século XII. No entanto, é preciso notar que a "interpretação" era única (dada pelo mestre, na *determinatio*) e não podia ser reivindicada como fato de um indivíduo. A palavra *intérprete* data do século XIV.

Antes disso, pela observação dos exercícios pedagógicos religiosos medievais — *lectio* (leitura como mera e escrita repetição), *quaestio* (pergunta enquanto sinal de humildade), *disputatio* (questões alternativas) e *determinatio* (a resposta única) — pode-

mos perceber que, embora sejam tentativas de assujeitamento do indivíduo (à religião, ao Estado), esses exercícios acabam por possibilitar um deslocamento no modo de relação do sujeito com o signo, com a escrita, sem deixar modificar sua relação com o conhecimento.

No entanto, apesar desse modo de assujeitamento, começa a haver uma intervenção cada vez maior do jurídico sobre o religioso, no sentido de que começa a aparecer explicitamente um sujeito. Esse processo atinge seu ponto máximo com o romantismo no século XIX, século do individualismo triunfante.

Na observação desse mecanismo de controle de sujeito pelo Estado, da sua relação com a linguagem (o texto) e com o conhecimento, podemos perceber que joga sempre a maior ou a menor liberdade de se acrescentar, modificar, o que o texto diz.

Há, historicamente, uma passagem do sujeito religioso (medieval) para o jurídico (do capitalismo) em que a subordinação explícita do homem ao discurso religioso é substituída por uma subordinação menos explícita, que insiste precisamente na idéia de um sujeito livre e não determinado quanto às suas escolhas: é o sujeito-de-direito. A submissão a Deus dá lugar a uma crença² menos visível porque se aplica em preservar a idéia de liberdade e é mais abstrata e característica do formalismo jurídico.

Para o homem ocidental das sociedades contemporâneas, a vontade (Vernant, 1977) é uma das dimensões essenciais da pessoa. Por isso o "eu", nas sociedades capitalistas, aparece como a origem da ação de um sujeito autônomo que se manifesta em atos. Não há ação que não tenha um agente individualizado que seja seu centro, sua fonte.

Vimos como isso nem sempre foi assim, havendo, através da história, uma mudança que teve como referência a instituição do jurídico.

A função psicológica que é a vontade não seria, pois, nem universal, nem permanente, sofrendo uma variação histórica e cultural.

Resulta disso tudo uma ambigüidade inerente à noção de sujeito moderno: ele é ao mesmo tempo submisso e autônomo (responsável). Como diz Foucault (1977), as diferentes formas de

poder fabricam diferentes tipos de individualidades; o Estado funda sua legitimidade e sua autoridade sobre o cidadão, levando-o a interiorizar a idéia de coerção, ao mesmo tempo em que faz com que ele tome consciência de sua autonomia.

Observando a formação desse sujeito, podemos refletir sobre a formação da noção do sujeito-leitor. Os modos de assujeitamento em relação ao texto mudam profundamente no curso da história, do singular (à Letra) para o plural (às letras): a maneira como o juridismo se apresenta hoje no sujeito-leitor é a do efeito da livre determinação do(s) sentido(s) pelo sujeito-da-leitura. No entanto, ambigualmente, há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros.

Essa noção de sujeito-leitor acolhe, ao mesmo tempo, o individualismo e o mecanismo coercitivo de individuação imposto pelas instituições³.

Finalmente, nossa questão: se sabemos, portanto, que há essa constituição histórica do sujeito na sua relação com a linguagem (logo, com a leitura) e se sabemos que, ideologicamente, o sujeito-leitor se apresenta como esse sujeito capaz da livre determinação dos sentidos ao mesmo tempo em que é um sujeito submetido às regras das instituições, como agir na escola em relação à formação do sujeito-leitor? Ou mais simplesmente: dada a configuração histórica do sujeito-leitor produzido pela sociedade capitalista, como trabalhar com a relação entre leitura parafrásica — leitura polissêmica?

BIBLIOGRAFIA

- DE CERTEAU, J. *L'Invention du Quotidien*. U.G.E., Col. 10/18, Paris, 1980.
FOUCAULT, *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
HAROCHE, Cl. *Vouloir Dire, Faire Dire*. Paris, PUF, 1984.
VERNANT, J.P. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

¹ Refiro-me, aqui, mesmo à leitura fora da escola mas que se faz à moda escolar.

² Segundo De Certeau (1980), a autoridade só se sustenta pela capacidade de crer, ou melhor, de fazer crer. Daí a crença em Deus ser substituída pela crença no Estado (e o amor a Deus pelo amor à Pátria).

³ Um exemplo: o seu assujeitamento à exigência de não-contradição, que é a expressão mais clara das modalidades do seu assujeitamento ao saber.